



**ACÓRDÃO Nº1728/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11227/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Ipixuna
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sr. Fabio Martins Saraiva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM nº 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM nº 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM nº 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM nº 12280
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5451/2022-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Ipixuna. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**11- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Ipixuna, de responsabilidade do **Sr. Fabio Martins Saraiva**, na condição de Vereador-Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2020, em razão das restrições 11, 14 e 15, apontadas pela Comissão de Inspeção e não sanadas, com fundamento no art. 22, III, "b", da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Fabio Martins Saraiva**, com fulcro no art. 54, VI, da Lei nº 2423/96, por grave infração à normas legais; no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos); e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo



**ACÓRDÃO Nº1728/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**11.3. Determinar Recomendação** à origem, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, no sentido de:

**11.3.1** - manter esforços para cumprir rigorosamente os prazos desta Corte de Contas, sob pena de reincidência, com aplicação de multa, caso ocorram novos episódios nos ajustes vindouros;

**11.3.2** - realizar o cadastro dos fornecedores, com o objetivo de que não haja prejuízos aos futuros procedimentos licitatórios;

**11.3.3** - padronizar os procedimentos de controle de estoque de almoxarifado, bem como a entrada e saída de materiais;

**11.3.4** - adotar meios mais eficazes de controle da assiduidade e cumprimento da carga horária de trabalho dos Servidores da Câmara Municipal de Ipixuna;

**11.4. Dar ciência ao Sr. Fabio Martins Saraiva**, bem como ao seu Patrono, sobre o teor desta Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

**Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

**12- Ata:** 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**13- Data da Sessão:** 4 de Outubro de 2022.

**14- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14.1. Auditor presente e Relator, em substituição:** Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1728/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**15- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator, em substituição

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ALÍPIO REIS FIRMO FILHO em 10/10/2022.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 5BA727BF-1D786C77-ECA3A38D-92BBF42F